

## **DESTAQUES**

.....

### **PAULO CANELAS EM ENTREVISTA AO JTM**

**A União Europeia (UE) reagiu aos protestos de Hong Kong, pedindo que os direitos dos manifestantes fossem assegurados. Esta proposta de Lei da Extradicação poderá “beliscar” as relações com Macau, caso venha a ser aprovada nos mesmos moldes?**

É uma questão que merece a atenção da União Europeia que tradicionalmente tem a posição de que faz parte dos seus deveres de actor global na cena internacional syndicar um conjunto de valores aos quais está associada e em que crê profundamente, e portanto, olha para este projecto de Lei de Extradicação como justamente capaz de atentar contra esses direitos humanos. De uma forma geral, a UE é nas plataformas internacionais uma espécie de campeã dos direitos humanos e tem uma prática consequente nesse sentido. Por exemplo, em todos os acordos comerciais que celebra há um conjunto de cláusulas que salvaguardam os direitos humanos. Por outro lado, desde que houve o handover, a UE tem vindo a seguir, sistematicamente, as questões do Estado de Direito em Hong Kong, onde há uma comunidade muito representativa de cidadãos europeus. Este projecto de lei envolve de facto alguns riscos: é capaz de ter sido precipitado e há grandes dúvidas quanto à oportunidade. Alegadamente, há uma circunstância mas é colocada em termos tão gerais que parece extrapolar a resolução dessa circunstâncias e foi formulada nas suas diversas versões com poucos cuidados contrariando, até, aquilo que era a linha tradicional de Hong Kong relativamente a esta matéria que era celebrar acordos bem definidos com jurisdições e Estados que respeitam os direitos humanos. É verdade que, em relação à China, em particular, a questão não podia ser colocada propriamente em termos de acordo internacional, mas a situação típica foi tão genericamente definida que comportava riscos de haver transferência de alegados criminosos sem atentar propriamente no perfil de respeito dos direitos humanos do Estado para o qual essa transferência se fazia – nomeadamente a China. Esse é um dos problemas de ‘Um País, Dois Sistemas’. A verdade é que Hong Kong, e nesse caso também Macau, têm um compromisso de respeito de determinada forma de Governo, de determinados compromissos internacionais que podem ser postos em causa claramente por este projecto de lei firmado que não dá garantias de que haja todo um processo de avaliação de saber se o respeito dos

direitos humanos seria garantido. A cobertura de uma transferência motivada em crimes de delito comum, não se poderia vir a verificar um enviesamento para perseguições de natureza política que à partida o segundo sistema - e tudo o que isso significa em termos de direitos humanos - inviabiliza. Portanto, é natural que a UE siga esta matéria. Aliás, não é nenhuma surpresa para a China e Hong Kong.

### **Porquê?**

Por um lado porque a UE tem uma relação intensa com a China, feita de muitos diálogos, mais de 60, e um deles é justamente sobre os direitos humanos. Relativamente a Hong Kong, sabemos que desde a transferência tem havido uma política da UE que se funda nesses valores fundamentais de Estado de Direito, protecção dos direitos humanos, de se ver a si própria como um actor global também na protecção destes valores, e que depois se traduz numa monitorização consequente ao longo do ano que depois é representada na apresentação de um relatório anual onde por vezes surgem críticas relativamente à prática de direitos humanos nestas jurisdições.

### **O último relatório da UE sobre Macau volta a tecer críticas sobre aspectos como combate ao tráfico de pessoas, protecção da liberdade de imprensa, de expressão.**

É uma política internacional da UE que não pode surpreender nenhum destes Estados, ou jurisdições, em causa. Em todo o caso, também não se deve hiperbolizar. Vivemos num mundo de relações intensas, numa 'aldeia global' onde há princípios de Direito, valores da comunidade internacional que justificam e até apelam, no entendimento de alguns, a que os Estados interajam entre si na verificação e acompanhamento do cumprimento destes valores e regras. A UE tem sido um actor muito claramente comprometido com o respeito do direito internacional de uma forma geral, mas também dos compromissos internacionais que assume, neste caso, com a China mas também com Hong Kong e Macau. Estes relatórios de alguma sorte são um momento mais crítico, mas inscrevem-se num quadro de monitorização e diálogo que é contínuo. Percebo que causam uma particular atenção dos interlocutores visados porque é um momento crítico, mas essas críticas também aparecem no diálogo que se vai fazendo. Os relatórios têm essa dificuldade de chamar à atenção para essas críticas de uma forma muito mais visível.

**Por norma, quando o Governo de Macau reage, fá-lo com algum rigidez, acusando a UE de se intrometer em questões internas, ou da China.**

Ao longo dos anos temos assistido a alguma mudança de tom da RAEM que reflecte uma preocupação que extravasa a região mas que se reflecte na perspectiva de unidade da China que tem hoje uma preocupação acrescida, diria, com a questão da unidade nacional, da soberania e vê com mais sensibilidade todas essas críticas que, contudo, são relativamente normais. Friso: correspondem a um diálogo que fazem parte da parceria estratégica da UE-China. Há várias vertentes dentro desses diálogos e uma delas é justamente os direitos humanos, talvez também aquela que tem criado mais dificuldades à evolução desta relação nos últimos anos.

**As relações entre a UE e Macau começaram em 1992, com assinatura do acordo de cooperação a nível comercial, e noutras áreas, como na formação de tradutores e intérpretes.**

É uma área onde as relações têm sido muito profícuas. Antes do handover, a UE criou o quadro de uma relação estável com Macau denotando a preocupação de ir acompanhando a evolução para uma situação perfeitamente ancorada na China. Nesse aspecto é particularmente interessante em relação ao Hong Kong: há um quadro jurídico que mais uma vez simboliza o compromisso da UE com as questões de Estado de Direito, para disciplinar e enquadrar essas relações, e mostra um viés positivo para relações económicas intensas, nomeadamente na área comercial, como de investimento. Abre também uma outra área de cooperação, a de 'people to people' que se tem feito em várias vertentes de uma forma muito positiva. No âmbito universitário também há relações muito intensas, e a cátedra de que neste momento sou titular é um bom exemplo que não é, aliás, a única ao longo dos tempos. Há também relações de cooperação no meio jurídico que é uma matéria muito sensível e que denota, por um lado, o compromisso de Macau com a ideia Um País, Dois Sistemas, de um compromisso para com as liberdades fundamentais que não existem no quadro da China Continental, e também o compromisso sentido de auxiliar e acompanhar Macau nesta área para a qual a UE é tão sensível.

**Em que sentido esta relação com a UE é frutuosa? Que áreas poderiam ser mais e melhor exploradas mutuamente?**

Há toda uma gama de serviços complementares do jogo, relacionados com o turismo, hospitalidade, entretenimento, etc, onde a UE tem uma experiência e capital adquirido de conhecimento que pode ser útil para Macau. As empresas europeias não têm, tradicionalmente, a grandiosidade das americanas; o tecido económico europeu é mais caracterizado por pequenas e médias empresas mas, até por isso, são extremamente importantes para Macau. Hoje, Macau,

é um centro de entretenimento, de lazer, e isso faz apelo à instalação de grandes hotéis, e bons restaurantes – efectivamente qualquer viajante informado tem a concepção de que há esses hotéis e restaurantes de topo – mas a UE tem um capital adquirido nesse domínio que é muito importante. Não é por acaso que alguns dos melhores profissionais e mais numerosas comunidades da áreas vêm de Estados da UE. Pode também fazer-se [mais] noutra área em que a UE tem liderança e que para mim, por motivos de estudo, é-me muito sensível que é a de protecção do ambiente e sustentabilidade. A União Europeia é a agente principal, tem vindo a reclamar um estatuto-modelo para o mundo, e também para Macau, e pode dar contributos significativos. O próprio crescimento de Macau coloca problemas claros de sustentabilidade, de processamento dos resíduos sólidos. Há todo um capital de conhecimento, de poder normativo que a EU pode transferir para Macau com muita facilidade e que esses relatórios têm denotado e que correspondem, tanto quanto sei, a áreas de colaboração enquadradas pelo acordo e objecto de discussões no quadro da comissão mista [...] para criar um instrumento de facilitação dessas relações. Temos a percepção que Macau tem uma população que está a evoluir para um determinado envelhecimento, e a UE tem mecanismos de enquadramento desses problemas dentro da figura de um Estado de Direito social que pode servir de modelo, não necessariamente para copiar, mas para ser modelo de estudo e de relação de outras jurisdições, neste caso de Macau. **[ACRESCENTE AQUI AS OUTRAS ÁREAS QUE GOSTARIA DE MENCIONAR].**

**A optar por exemplos, não poderá haver aqui uma questão de sensibilidade para adoptar antes sugestões da China, ao invés das europeias, pelo menos nalgumas áreas?**

Tenho visto disponibilidade de Macau para, na área ambiental, por exemplo, dialogar de forma construtiva e positiva. Estamos a falar de uma linha de evolução do desenvolvimento muito intenso nos últimos anos. Estas relações não são necessariamente exclusivas e pode perfeitamente admitir outras. Macau está cada vez mais, naturalmente, e juridicamente, ancorado na China - ainda com autonomia própria - que tem projectos de integração como a Grande Baía. São dinâmicas de relação que podem ser complementares, não vejo que tenham de ser necessariamente colidente ainda que possa haver esse potencial. Em todo o caso, as relações têm sido reconhecidas genericamente como frutuosas, e não posso deixar de frisar a área jurídica que me parece muito importante justamente sendo Macau uma jurisdição que desde 1999 é claramente parte da China. Não havendo qualquer dúvida quanto ao ancoramento na China, a verdade é que há relações perfeitamente possíveis e

reconhecidas como muito válidas dentro do quadro de Um País, Dois Sistemas. Em 1999 havia problemas de quadros que assegurassem um sistema jurídico credível para a continuidade desse sistema. Temos vindo a assistir, desde então, a um crescimento muito grande do mundo do Direito a acompanhar também o enorme crescimento que a economia veio a ter. Naturalmente, um interpela o outro e a EU tem dado contributos muito visíveis. É sintomático que já se vai no terceiro programa de cooperação jurídica e judiciária, a par da formação de tradutores.

**Sendo uma relação a dois, o que tem Macau oferecido à UE? Sendo, naturalmente, um projecto a longo prazo, o rumo que as relações têm tomado é o expectável?**

É visível que o processo de crescimento de Macau tem criado oportunidades para a União Europeia, e isso tem sido relevado pela própria, não só através desse diálogo contínuo - que não chama tanto à atenção mas que é muito importante de acompanhamento recíproco, de troca de impressões, expectativas, de informação sobre o que cada um pretende dessa relação - como através dos relatórios em que se frisa que a UE tem tido relações tradicionalmente amistosas e profícuas com Macau. As empresas europeias, de uma forma geral, têm tido aqui oportunidades de crescimento muito importantes. E, no seu conjunto, a União Europeia vê como positivo esse crescimento como uma área de crescimento mútuo a nível económico e não só. Está previsto no acordo que o próprio processo de maturação da RAEM iria criar oportunidades não só na área comercial e industrial, mas também noutros campos.

**Que importância a cátedra representa, portanto, nesses campos de cooperação com a União Europeia?**

Antes de chegar a Macau já havia alguns programas de cooperação, enquadrados por programas ERASMUS de mobilidade de estudantes. Foram formas incipientes mas que foram crescendo e que permitiam relações pessoa-a-pessoa que é um valor que a UE também protege. Aliás, às vezes, a melhor forma de prosseguir determinados valores, mais do que propriamente pelo 'monstro frio' que é o Estado, é as pessoas terem relações, conhecerem as culturas estrangeiras, etc. Em 2007, concorri pela primeira vez a uma cátedra Jean Monet - um título de prestígio que reconhece a qualidade de ensino numa determinada área, do Direito da UE, que foram instituídas para o quadro europeu e que depois se alargaram para o mundo. Apresentei um projecto e com consegui a cátedra propondo-me logo a dar visibilidade à realidade e direito da UE neste contexto asiático muito dinâmico. Durante cinco anos tivemos essa primeira cátedra

acompanhada pela muito surpreende atribuição a mim e à UM da responsabilidade de organização de uma conferência sobre os 50 anos da UE. É importante destacar que, na altura, foi uma de duas fora do espaço da União Europeia, neste caso no Canadá, o que reconhece uma especial qualidade de Macau para servir de ponte entre o mundo mais Ocidental e Oriental. Na altura, a cátedra e conferência foram até consideradas exemplos de melhores práticas no mundo do estudo da UE. O ambiente de Macau era e é propício a isso porque sendo um ambiente chinês no quadro de um País, reconhece dois sistemas. Tem uma abertura cosmopolita ao estudo de outras comunidades e realidades que têm acento físico no universo humano de Macau: além da comunidade portuguesa há outras comunidades ocidentais importantes que têm vindo a colaborar neste processo de crescimento de Macau. Obtive depois outro módulo da Jean Monet para estudar especificamente o modelo da União Europeia de governação em matéria ambiental porque sempre entendi que o próprio desenvolvimento de Macau iria exigir opções que ainda estão por fazer, ou pelo menos por afeiçoar, de todo um esforço legislativo e de instituição de mecanismos para protecção do ambiente e de sustentabilidade. Tivemos isso durante três anos e aproveitei para dizer, com alguma vaidade, que éramos verdadeiramente pioneiros em todo o contexto da Ásia-Pacífico à excepção de uma cátedra liderada por um eminente professor chinês que foi, aliás, director durante poucos anos desta Faculdade. Em 2012, criou-se o programa académico da UE para Macau que é uma espécie de centro da EU, uma figura em que se sinaliza a vontade de ter relações muito dinâmicas não só na área académica pura e simplesmente, mas também na de contactos com as comunidades humanas, universo das empresas, pessoas, associações e sociedade civil de Macau. O programa desenrolou-se até 2017, e em consórcio pela Universidade de Macau e o Instituto de Estudos Europeus [onde sou elemento de representação da UM]. Em 2017, para minha grande surpresa, atribuíram-me uma segunda cátedra sobre a designação Direito da UE num contexto global. No fundo, para significar que da mesma forma que a UE hoje – ao contrário do passado – se vê como um actor que entra em relação de paridade com os seus parceiros na sociedade internacional, também ganha em ser apresentado num contexto global, na relação com outros Direitos, num processo de recíproco enriquecimento pelo conhecimento e transmigração de experiências. A UE mais uma vez financia esta cátedra que é uma oportunidade de procurar prosseguir um ensino cuidado, informado, actualizado sobre a UE. Não há exemplos de outros programas na área do Direito em toda a China nem na Ásia-Pacífico o que demonstra esta particular sensibilidade quer de Macau pelo reconhecimento da sua particular identidade,

especialmente forte na área do Direito e que a formula mágica de Um País, Dois Sistemas destaca, mas também da UE que percebe que a chave do relacionamento é a manutenção de uma forma dinâmica e também séria e informada do potencial de Um País, Dois Sistemas.

**Esse Estado de Direito tem sido devidamente respeitado em Macau, em linha com a redação de determinadas leis, entenda-se, por exemplo, a Lei de Bases da Protecção Civil e o polémico artigo 25º?**

A minha área de estudo não é o Direito de Macau propriamente dito mas como cidadão vou tentando seguir as evoluções do sistema jurídico. Tenho esta ideia de que de uma forma geral há um claro compromisso da região com essa formula vertida na constituição chinesa, na Lei Básica, produto da declaração-conjunta de respeitar um sistema que está na origem da identidade particular do sistema de Macau. Quero acreditar que os operadores jurídicos de Macau que mais directamente estão activos no sistema estão comprometidos com ele e têm tido sucesso, entendo justamente essas sensibilidades de que a comunicação social dá nota e que se exprimem também no debate legislativo como a demonstração de uma atenção continuada relativamente a esses valores fundamentais e aos pilares de identidade de Macau, justamente formada por uma fortíssima comunidade chinesa, um ancoramento na RPC mas com uma determinada autonomia dentro da fórmula Um País, Dois Sistemas. Em todos os sistemas, como é natural, às vezes há momentos críticos, projectos que causam alguma estranheza mas julgo que é sinal de salutar o comprometimento dos diversos actores com estes direitos fundamentais que quando há instâncias de projectos de lei que são mais duvidosos do ponto de vista do respeito dos valores fundamentais os actores reagem. Isso demonstra que o sistema vai funcionando, e não há nenhum sistema perfeito, mas diria que há uma evolução que tem, genericamente, honrado esses princípios e compromissos internacionais que estiveram na base deles e constituem a identidade da RAEM.

**Como avalia o acompanhamento dado em Macau sobre as eleições para o Parlamento Europeu (PE)? Não houve uma campanha evidente dos partidos, o que motiva um maior desconhecimento nesta zona sobre a importância destas eleições?**

É inegável que estas eleições eram de superior importância para a identidade europeia, de uma forma geral, mas neste mundo cada vez mais de 'aldeia global' de facto era importante para todos. Não é por acaso que se sentiu que muitos outros agentes internacionais,

Estados, prestaram atenção a estas eleições – até com alegações de interferências indevidas de alguns Estados. Teria visto com particular agrado que em Macau também tivesse havido uma participação das diversas comunidades aqui enraizadas com capacidade eleitoral em relação à UE. Percebo que a distância pode ser um pouco diluente de entusiasmo, mas numa perspectiva de cidadania era, de facto, importante. Independentemente da nossa condição de cidadãos europeus e, portanto, directamente potencialmente afectados por estas eleições e os resultados que daqui advenham, hoje em dia qualquer sujeito informado deveria ter em atenção estas eleições porque tem-se a percepção que um dos grandes desafios é não só a sua própria organização interna e resolução dos problemas específicos que conseguirmos identificar das suas comunidades humanas, mas também uma participação numa governação global que a todos interesse. Não pode ser indiferente que a UE esteja nas mãos de grupos, por exemplo, mais nacionalistas ou menos reconhecedores de fenómenos como as alterações climáticas. Não pode ser indiferente a ninguém, não só aos europeus. Teria feito sentido uma participação mais pujante [...] nestas eleições cruciais que vão determinar escolhas fundamentais da UE para si e para o mundo porque a UE é, de facto, porventura - não tanto quanto seria desejável - mas um agente global nas relações internacionais.

**Que futuro podemos esperar para a União Europeia tendo em conta o resultado destas últimas eleições? Em que áreas poderemos perspectivar mudanças, melhorias ou, pelo contrário, retrocessos?**

Tínhamos a perspectiva que estas eram eleições importantes porque estamos numa data histórica – 40 anos depois para eleição para o PE; mais de 60 anos após a criação da UE – mas verdadeiramente porque a UE está num momento de charneira e que resulta na confluência de uma sucessão de crises importantes (do euro, da migração, os problemas de austeridade na sequência da crise do euro e crise financeira global) que baixaram o ânimo da cidadania europeia, para além de uma crise de identidade porque a verdade é que de acordo com uma narrativa predominante durante muito tempo, a UE era tradicionalmente uma história de sucesso e ninguém questionava isso. Durante décadas, mesmo em momento de menor afluência, teve um crescimento que quase parecia unidirecional, digamos, de ascendente e de satisfação das pretensões dos seus cidadãos e isso reflectia-se. [...] De há uns anos a esta parte, ainda que continuasse a haver um sentimento de favor maioritário em relação à UE vinham-se a adensar vozes cada vez mais cépticas relativamente a este nível de governação particular – porque a UE é

uma realidade plural e desconhecemos estas interações entre o nível estadual e o da UE. Mas em relação a este nível das instituições europeias e o seu modo de existir havia cada vez mais dúvidas e adensavam-se as vozes ditas populistas de críticas em relação à União Europeia, com certeza reflexo de vários problemas estruturais como os decorrentes da globalização, numa grande abertura do sistema em que vieram a compartilhar outros países não-desenvolvidos, e os cidadãos europeus viram algumas das suas realidades sociais serem profundamente afectadas. [...] Disseminou-se a ideia de que havia agora desfavorecidos e perdedores. Isto criou um caldo de emoção e cultura que punha em causa o funcionamento da UE e houve velhos do Restelo, vozes fatalistas que disseram que a UE seria capturada por esse sentimento. Nunca acreditei nisso. Este avolumar de vozes cépticas e populistas, muitas vezes mal informadas, levará outros, neste universo humano muito plural que é a UE, a despertar e vir fazer sentir que também há vozes nestes processos políticos importantes, e acho que as eleições deram esse resultado. Primeiro é inegável que o espectro político da UE é mais diversificado, há uma maior fragmentação enquanto que no passado havia grupos políticos que estavelmente quase durante 40 anos dominaram o sistema; hoje vemos que eles dividem essa posição que continua a ser saliente – nomeadamente no centro-direita do Partido Popular Europeu, e do centro-esquerda do Partido Socialistas e Democratas – mas com outras vozes que predominantemente são pró-europeias. [...] A primeira ideia é que temos um espectro mais diversificado mas não necessariamente menos amigo da UE, pelo contrário, estas eleições foram muito saudadas em demonstrar que há um comprometimento avassaladoramente maioritário de partidos pró-europeus mesmo que não sejam os partidos tradicionais, nomeadamente com um crescimento muito significativo dos democratas-liberais (chamada renovação da europa) e dos Verdes. Partidos claramente comprometidos com o projecto europeu. [...] Mas é importante dizer, que embora tenha havido crescimento dessas vozes populistas que são relativamente marginais dentro do sistema, são também um elemento preocupante para quem acredita que a UE continua a ser uma proposta válida de organização das comunidades humanas no quadro europeu – e acredito profundamente nisso – e uma voz importante também de participação no mundo mas, em todo o caso, uma voz limitada. Uma outra nota que me parece importante é a de que apesar de tudo há alguma crise dos partidos que tradicionalmente interpretam o sistema, nomeadamente o Partido Popular Europeu e o Partido Socialista-Democrata. Continuam a ser os maioritários e absolutamente imprescindíveis para a formulação das políticas da União Europeia, mas há uma relativa perda de poder como aliás já se

verifica nos estados-membros da UE. [...] Parece também que há no quadro político emergente destas eleições uma sinalização de preocupações fundamentais com duas ou três questões sem comprometer os valores tradicionais da UE: a questão ambiental e climática – parece-me inegável que destas eleições resulta uma clara chamada de atenção para essa matéria [sobre a qual] a UE tem de ser mais pró-activa e, enfim, julgo que isso é evidente em relação à questão climática; outra matéria que explicará o crescimento dos partidos liberais é a dos direitos humanos e do Estado de Direito, e há problemas na UE em relação a essa matéria e sobretudo a ideia – uma das mensagens que sai destas eleições – de preocupação relativamente ao que outros estados ditos parceiros ou importantes na governação global têm vindo a afirmar neste domínio.

**É um resultado espectável, até em linha com essas preocupações que têm preenchido a agenda política nos últimos anos?**

A sucessão de ascensão de partidos populistas dentro dos estados-membros, de um discurso anti-união europeia no quadro europeu, algum discurso euro-céptico e céptico também das alterações climáticas... tudo isso é respondido por estas eleições. [...] Apesar de tudo, há um elemento de perplexidade porque os partidos tradicionais que eram os pilares do sistema perdem algum fôlego. Estas eleições demonstraram que ao contrário do que se dizia os cidadãos estão comprometidos com a UE, mas há mais dúvidas sobre quais são as vozes que verdadeiramente interpretam estes valores. A outra dimensão importante é que contra aquilo que se dizia os valores da União Europeia e princípios fundamentais são claramente reafirmados.

**A cimeira extraordinária teve de ser adiada. Houve alguma demora, e algum impasse, no processo de escolha?**

É relativamente normal, ainda que também espelhe uma outra forma de formação de equilíbrios dentro da União Europeia. E é justamente o reflexo de uma liderança menos forte, menos identificável nomeadamente por parte dos partidos tradicionais. Os líderes dos dois grupos políticos fundamentais tradicionalmente cozinhavam estas soluções com algum recato em porventura menos tempo. A verdade é que sempre demorava alguma coisa, mas hoje estamos a notar que algumas das principais forças dinâmicas do avanço da progressão da União Europeia também estão postas em causa. Enfim, falava-se tradicional do eixo Paris-Berlim, de uma grande solidariedade entre os líderes da França e da Alemanha e hoje sentimos que há algumas dificuldades nesse relacionamento. Há uma recomposição de forças e alianças menos previsíveis e esse processo

tem vindo a identificar isso, outros actores que resultam da fragmentação, nomeadamente uma importante voz do campo centro-liberal-democrata. [...] Estas eleições são importantes também por isso porque geram toda uma cadeia de definição de intérpretes que também é importante: não estamos a falar só da composição para o PE – que é a base da definição da Comissão, da liderança do PE que tem muito peso no processo político de decisão – mas também do Conselho Europeu, do Banco Central Europeu, por coincidência, e do Alto Representante para Questões de Política Internacional. O importante é que haja nesta ponderação a ideia de que se tem de escolher tanto quanto possível candidatos pessoalmente e institucionalmente credíveis, representantes desta pluralidade de sentimentos políticos mas que é pró-europeia, para prosseguir determinadas mensagens políticas no mundo e não perder perspectiva que a UE tem de ter uma presença forte no mundo, tem de ser um agente de governação global activo com ideias próprias, não necessariamente olvidando a sua aliança tradicional com os Estados Unidos. Falta-lhe porventura uma determinação consequente na prossecução desse programa. Não quero utilizar jargão mas a União Europeia ainda tem questões constitucionais por resolver, para criar estruturas políticas fortes capazes de prosseguir o seus ideários de uma forma activa e consequente no mundo. Tem porventura de criar um orçamento que a imunize de determinados choques que viveu no passado, com consequências traumáticas para alguns estados-membros, que seja força motriz para agir de uma forma renovada no mundo. Tem, porventura, de ter uma ou outra política de imigração, e claramente apostar em mecanismos de governação global que honrem os compromissos internacionais. A UE é, de facto, um actor positivo no mundo [...] e tem de ser um actor importante neste domínio em parceria com outros, enfim, e nesse contexto a relação com a China é, seguramente, muito importante. **[PODE ACRESCENTAR AQUI OUTRA INFORMAÇÃO ADICIONAL QUE FICOU POR DIZER]**